

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **1. Informações gerais sobre o Grupo**

A GPC Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/13º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em investidas são atualmente as seguintes:

- GPC Química S.A. ("GPC Química") – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, suas unidade em operação estão localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG. A unidade de Gravataí/RS encontra-se em processo de transferência para o site de Araucaria/PR tendo em vista a crescente demanda nesta região. A unidade industrial situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME), foi descontinuada em setembro/2013, passando a empresa a utilizar o metanol adquirido de terceiros.
- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo Tubos") – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.
- Apolo Tubulars S.A. – ("Apolo Tubulars") sociedade anônima de capital fechado, com o controle acionário compartilhado entre Apolo Tubos e US Steel Corporation, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o seguimento de petróleo e gás.
- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste ("Metanor") – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.
- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – ("Copenor") sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na produção de metanol e seus derivados, especialmente, formaldeído e hexametilenotetramina.

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a Controladora GPC Participações em conjunto com suas Controladas GPC

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Química e Apolo Tubos ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentre outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. ("Recuperandas") nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014.

Em 05 de agosto de 2015 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a prorrogação por 6 (seis) meses o prazo originalmente previsto no Plano de Recuperação Judicial, para a alienação da "UPI Terreno Benfica. Em 16 de março de 2016 foi apresentada petição junto ao Juízo da Recuperação Judicial, requerendo a convocação de uma nova Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre as próximas medidas a serem adotadas para o prosseguimento do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Adicionalmente a essas ações, é oportuno destacar que a Companhia adotou uma política de redução de custos por meio da simplificação e junção das estruturas administrativas das suas principais investidas, além de ter celebrado contratos de médio e longo prazos que reforçam a perenidade das suas atividades operacionais e indicam perspectivas de receitas futuras.

## **2. Resumo das principais práticas contábeis**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis da Companhia, individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 03 de maio de 2016.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2014.

## **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5);
- Provisão para perdas em estoques (Nota 6);
- Recuperação de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas (Nota 17);
- Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 14);
- Provisão para contingências (Nota 15);
- Análise do valor recuperável dos ativos (Nota 11);
- Avaliação de vida útil do imobilizado e do intangível (Notas 11 e 12); e
- Receita com fornecimento de bens (Nota 20).

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

### **2.3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018;
- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2018;
- IAS 12 - Tributos sobre o lucro (alterações ao CPC 32). Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017;
- IFRS 14 - Ativos e Passivos Regulatórios. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016.
- IFRS 11 - Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016;
- IAS 16 e IAS 38 - Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016;
- IAS 28 - Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- IAS 1 - Iniciativa de Divulgação. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia não espera ter impactos da adoção destas normas revisadas em suas demonstrações contábeis.

#### **2.4. Informações contábeis mediárias consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 10).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a companhia obteve o controle, e será consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes :

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não-controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

#### **2.5. Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

#### **2.6. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fin. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## **2.7. Instrumentos financeiros**

### **2.7.1. Categorias**

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

#### Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

#### Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora						
31/12/2015			31/12/2014			
Ativos Financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	135	-	135	111	-	111
Saldos a receber de partes relacionadas	17.633	-	17.633	35.195	-	35.195
	<b>17.768</b>	-	<b>17.768</b>	<b>35.306</b>	-	<b>35.306</b>

  

Consolidado						
31/12/2015			31/12/2014			
Ativos Financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	1.691	-	1.691	3.503	-	3.503
Contas a receber	16.152	-	16.152	7.329	-	7.329
Bens e Direitos creditórios (Nota 8)	80.337	-	80.337	76.661	-	76.661
Saldos a receber de partes relacionadas	1.838	-	1.838	1.736	-	1.736
	<b>100.018</b>	-	<b>100.018</b>	<b>89.229</b>	-	<b>89.229</b>

### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos Financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	420	371	60.567	62.616
Empréstimos e Financiamentos	72.529	59.580	233.649	220.906
Contas a pagar e parte relacionadas	20.439	15.905	30.821	29.158
	<b>93.388</b>	<b>75.856</b>	<b>325.037</b>	<b>312.680</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

**2.7.2. Mensuração**

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

**2.8. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.



Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**2.9. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD**

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

**2.10. Estoques**

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

**2.11. Outras contas a receber (circulante e não circulante)**

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

**2.12. Imobilizado**

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Taxa anual de depreciação %
Terrenos	
Imóveis	2 a 8
Máquinas/instalações industriais	5 a10
Móveis e utensílios	10
Veículos	20
Computadores e periféricos	20
Imobilizações em andamento	-
Outros	-

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### 2.13. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### **2.14. Capitalização de juros**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### **2.15. Avaliação do valor recuperável dos ativos**

O valor contábil líquido dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do período.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**2.16. Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**2.17. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**2.18. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**2.19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

**2.20. Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### **2.21. Prejuízo líquido por ação**

Prejuízo líquido por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do prejuízo básico por ação é efetuado através da divisão do prejuízo líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da diluição do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não há diferença entre o cálculo de prejuízo por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.

### **3. Gestão de risco financeiro**

#### **3.1. Considerações gerais e políticas**

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Sociedade.

#### **3.2. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

**(a) Risco de mercado**

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

**(i) Risco cambial**

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$ (4.017), não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

**(ii) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 6).

**(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R\$ 194 (2014 - R\$ 2.854) que se espera gerem entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.



Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado					
		31/12/2015					
		Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		60.526	-	21	6	14	60.567
Empréstimos e financiamentos		145.300	62.812	18.114	7.423	-	233.649
Total		205.826	62.812	18.135	7.429	14	294.216

### 3.3. Gestão de capital

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº3.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$4,00 por US\$1,00 como a mais provável para 31 de dezembro de 2015. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago Board of Trade de R\$4,125 por US\$1,00 para 31 de dezembro de 2015.

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2015	Cenário I - Expectativa	Cenário II - Dólar Futuro - BM&F
Moeda estrangeira	1.694	6.615	6.776	6.988
IFC	9.000	35.143	36.000	37.125
	10.694	41.758	42.776	44.113
Efeito no resultado			(1.018)	(2.355)
Taxas utilizadas		3,9048	4,0000	4,1250

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

Posição 31/12/2015	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a
	6,00	11,60	7,500	14,498	9,000	17,397
	Operação	Risco	Provável	Possível	Remoto	
191.891	Emp. e Financiamentos	Alta da TJLP	191.891	239.864	287.837	
41.758	Emp. e Financiamentos	Alta do CDI	41.758	52.198	62.637	

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e Financiamentos	72.529	59.580	233.649	220.906
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	200	2.854
Caixa e Equivalentes de Caixa	135	111	1.691	3.503
Dívida Líquida	72.394	59.469	231.758	214.549
Patrimônio Líquido	(22.469)	18.365	(33.283)	22.836
Índice de Alavancagem Financeira	(0,31037)	0,30882	(0,14361)	0,10644

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3.4. Estimativa do valor justo**

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).  
Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a mensuração da totalidade dos derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio ("swap" e "forwards") é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

#### Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

##### Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

##### Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 14.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

As Sociedades não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Provisão para aquisição de participação de não controladores

O valor da estimativa do compromisso de aquisição da participação de não controladores, mensurada ao valor justo na data da aquisição, é remensurado e suas modificações subsequentes são reconhecidas no resultado do exercício.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Caixa e Bancos</b>				
Caixa	3	3	31	37
Banco do Brasil	-	-	83	6
Banco Bradesco S/A	-	-	5	12
Banco Itau S/A	-	-	137	1.257
Banco Fibra	-	-	12	15
Banco Daycoval S/A	-	-	21	17
Banco BBM S/A	-	-	83	273
Banco Prosper (a)	-	-	13	13
Bicbanco S/A	-	-	89	165
Banco Safra S/A	-	-	96	275
Banco Santander	-	-	6	-
Banco Panamericano S/A	-	-	124	-
Banco HSBC	-	-	-	107
Nova SRM Admin Recursos Finanças S/A	-	-	-	452
Lecca CFI S/A	-	-	138	-
Outros	132	108	216	303
<b>Total de Caixa e Equivalentes de caixa</b>	<b>135</b>	<b>111</b>	<b>1.053</b>	<b>2.930</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4.1 Aplicações Financeiras

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Banco BBM	622	550
Caixa Economica Federal	16	14
Banrisul	-	9
<b>Total Aplicações Financeiras</b>	<b>638</b>	<b>573</b>

#### 4.2 Bancos Contas Vinculadas

Com o pedido de recuperação judicial pleiteado pelas controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos algumas instituições financeiras não disponibilizaram os recursos registrados nestas contas bancárias, recursos estes provenientes da liquidação de títulos em cobrança que estavam registrados nestas instituições. Tanto a GPC Química quanto a Apolo Tubos solicitaram em seu pedido de recuperação judicial a liberação destes recursos, que em 31 de dezembro de 2015 estavam composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Banco Indusval	22	22
Banco InterCap	110	111
Bic Banco	3	228
Banco Panamericano	108	506
Banco Prosper	592	593
Banco Safra	23	23
	<b>858</b>	<b>1.483</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4.3 Outros Ativos Financeiros

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Instrumento financeiro ao valor justo por meio de resultado</b>		
Ativos Financeiros não derivativos mantidos para negociação	<b>200</b>	2.854
	<b>200</b>	2.854

A operação se configura em uma aplicação em renda fixa com retorno em CDI estruturada com opções sobre índice Bovespa, call e put com barreira, e swap de taxa fixa para CDI, em 2015 este valor foi transferido para o Ativo não circulante na linha de Outros contas a receber, cujo total soma o valor de R\$ 3.127.

### 5. Contas a receber - clientes

O saldo de Contas a Receber está apresentado a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Cientes no exterior	<b>335</b>	2.313
Cientes no país	<b>45.137</b>	59.480
Outras Contas a Receber	<b>3.989</b>	3.230
<b>Factoring's</b>	<b>(26.676)</b>	(51.761)
Banco Daycoval	<b>(1.339)</b>	(10.014)
Lecca SFI S/A	<b>(1.798)</b>	(541)
Redfactor Factoring S/A	<b>(10.310)</b>	(15.639)
Kobold Fundo Investimento	-	(1.865)
Nova SRM Admin. Rec e Finanças S/A	-	(689)
SMR Asset	-	(240)
Hope Fomento Mercantil	<b>(6)</b>	(1.497)
FIDC - Fundo Invest Direito Creditorio	-	(4.391)
Banco Athena	<b>(6.252)</b>	(10.325)
Valor	<b>(3.800)</b>	(2.265)
Grupo Sifra	<b>(3.079)</b>	(3.793)
LS Interbank	<b>(92)</b>	(502)
Ajuste a valor presente	<b>(161)</b>	(146)
PECLD	<b>(6.472)</b>	(5.787)
	<b>16.152</b>	7.329

O saldo de Contas a Receber por vencimento está disposto assim:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
A vencer	<b>13.707</b>	6.324
Vencidas 1 a 30 dias	<b>2.146</b>	666
Vencidas 31 a 60 dias	<b>259</b>	352
Vencidas 61 a 90 dias	<b>134</b>	157
Vencidas a mais de 90 dias	<b>6.379</b>	5.617
	<b>22.624</b>	13.116
Provisão para devedores duvidosos	<b>(6.472)</b>	(5.787)
	<b>16.152</b>	7.329

As Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos, conforme quadro acima.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>5.787</b>
( + ) Complemento de PCLD	1.522
( - ) Baixas ocorridas	(837)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>6.472</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Matérias-primas e embalagens ( a )	10.999	6.728
Produtos em elaboração	2.007	1.943
Produtos acabados ( b )	6.643	5.967
Almoxarifado de manutenção e reposição ( c )	3.105	2.982
Importações em andamento	2.395	2.716
Estoque próprio em poder de terceiros	4.867	3.039
Estoque de terceiros ( d )	3.533	3.031
Catalisadores	1.018	310
Outros estoques	1.396	1.166
(-) Provisão p/perdas ( e )	(2.608)	(2.818)
	<b>33.355</b>	<b>25.064</b>

- (a) As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos;
- (b) Os principais produtos acabados são compostos por residur ATS (resina fenólica alcalina) e RUF para MDF (resina uréia-formol para painel de fibra de madeira de média densidade);
- (c) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por materiais de proteção e segurança (EPI's), peças de reposições de alta rotatividade para as unidades fabris, materiais de escritório, entre outros consumíveis;
- (d) O estoque de terceiros refere-se a materiais recebidos da Duratex (metanol, ureia e melamina) pela Controlada GPC Química para prestação de serviços de beneficiamento, onde a Companhia assume os riscos e benefícios dos materiais;
- (e) Do montante provisionado como perda em estoques o valor de R\$2.608 representam perda com itens obsoletos motivados pela operação descontinuada da planta de Benfica no Rio de Janeiro – RJ, que teve seu processo interrompido em 30 de setembro de 2013 , o restante no valor de R\$188 refere-se a Apolo Tubos.



Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
PIS/COFINS	-	-	3.236	3.248
IPI	-	-	14	13
ICMS (a)	-	-	5.645	11.334
IRPJ e CSLL	-	-	401	6
IRRF	3.844	3.687	8.925	6.750
OUTROS	30	30	2.171	2.015
	<b>3.874</b>	<b>3.717</b>	<b>20.392</b>	<b>23.366</b>
(-) Circulante	<b>3.844</b>	3.687	<b>19.476</b>	22.390
Não circulante	<b>30</b>	30	<b>916</b>	976

(a) Na controlada GPC Química S.A. o saldo refere-se a créditos remanescentes do site de Benfica.

A Controlada Apolo Tubos apresenta em seu balanço saldo de ICMS a recuperar na ordem de R\$4.625 em 31 de dezembro de 2015.

Os demais tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

## 8. Direitos a realizar (consolidado)

O saldo de direitos a realizar era composto como segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Valores classificados no ativo circulante		
Créditos a receber com a União Federal (a)	2.290	2.310
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (a)	1.649	1.649
Créditos MC Kinlay (c)	16.882	-
	<b>20.821</b>	<b>3.959</b>
Valores classificados no realizável a longo prazo		
Créditos a receber com a União Federal (a)	9.162	11.551
Créditos a receber – Polwax (b)	2.170	2.170
Compensados LFPP Ltda	1.652	1.651
Servatis S/A	970	970
Créditos Guaxupé (c)	47.732	42.341
Créditos MC Kinlay (c)	-	16.189
	<b>61.686</b>	<b>74.872</b>
(-) Provisão para perdas (b)	<b>(2.170)</b>	<b>(2.170)</b>
	<b>59.516</b>	<b>72.702</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Os créditos a receber junto à Prefeitura Municipal de Camaçari/BA e União Federal referem-se a valores oriundos de prestação de serviços que vêm sendo cobrados judicialmente pela GPC Química. Até 31 de dezembro de 2015 foram recebidas cinco parcelas referentes aos créditos da União Federal, sendo a última recebida em 05 de Agosto de 2015 no montante de R\$1.378, o saldo existente corresponde a cinco parcelas de R\$ 2.247 (quatro parcelas no longo prazo e uma no curto prazo). Quanto ao crédito de Camaçari, a GPC Química recebeu três parcelas, uma em dezembro de 2011 no valor de R\$ 949, a segunda em janeiro de 2012 no valor de R\$ 1.240 e a última em junho de 2012 no valor de R\$ 1.564;
- (b) O valor de R\$2.170 refere-se a recebíveis da linha da Polwax. Em dezembro de 2009 foi constituída provisão para perdas deste crédito;
- (c) A GPC Química adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, créditos financeiros resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A (“McKinlay”). e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos. Em setembro de 2014 a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia no crédito da McKinlay, no valor de R\$ 10.156, homologando as compensações efetuadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 (d).

Em junho de 2015 a União Federal emitiu certidão de precatório referente ao saldo da McKinlay no valor de R\$ 16.237 com previsão para pagamento até dez/2016.

A Administração da GPC Química considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal, consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é “praticamente certo”, nos termos do item 33, do Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e integrado às normas contábeis brasileiras pela Resolução CFC nº 1.180/2009. Portanto, nenhuma provisão para desvalorização sobre esses ativos foi constituída em 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente a Companhia não tem nenhum interesse em realizar qualquer tipo de negociação com terceiros interessados, visando à venda dos créditos fiscais registrados contabilmente nessas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Bens destinados a venda

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em dezembro de 2013, o resultado da venda do terreno localizado na Av. Brasil, 3.666 Bairro Benfica, Rio de Janeiro – RJ, registrado no montante de R\$205.485, apresentado como bens destinados a venda, será revertido para pagamento dos credores constantes no citado plano de recuperação.

Adicionalmente contemplam esse “grupamento” os caminhões de Uberaba adquiridos com créditos de ICMS e que serão repassados às transportadoras prestadoras de serviços, cujo, valor líquido é de R\$ 406.

Em dezembro de 2014 foi alienado por R\$ 11.265 o terreno localizado em Gravataí, o qual possuía valor de custo de R\$ 2.090. A alienação foi autorizada pelo juízo da sétima da 7ª Vara Empresarial de Justiça do Rio de Janeiro.

<b>COMPOSIÇÃO DOS BENS DESTINADOS A VENDA</b>				
	<b>Rio de Janeiro - RJ</b>	<b>Gravataí - RS</b>	<b>Uberaba - MG</b>	<b>Total</b>
Saldo final em 31/12/2013	205.485	2.090	1.683	209.258
( - ) Venda de um caminhão	-	-	(305)	(305)
( + ) Compra de 2 Caminhões			384	384
( - ) Renegociação Fretes	-	-	(1.107)	(1.107)
( + ) Gastos com Venda terreno Benfica	258	-	-	258
( - ) Venda terreno Gravataí	-	(2.090)		(2.090)
<b>Saldo final em 31/12/2014</b>	<b>205.743</b>	<b>-</b>	<b>655</b>	<b>206.398</b>
( - ) Renegociação Fretes	-	-	(249)	(249)
( + ) Gastos com Venda terreno Benfica	117	-	-	117
<b>Saldo final em 31/12/2015</b>	<b>205.860</b>	<b>-</b>	<b>406</b>	<b>206.266</b>

## 10. Investimentos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Participações em empresas controladas</b>	<b>51.671</b>	<b>57.511</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Participações em empresas coligadas</b>				
Apolo Com. Import. e Exportação Ltda	-	-	<b>494</b>	442
Metanor - Metanol do Nordeste	-	-	<b>22.437</b>	24.423
Copenor - Cia Petroquímica do Nordeste	-	-	<b>185</b>	190
Apolo Tubular's	-	-	<b>93.496</b>	89.327
	<b>51.671</b>	<b>57.511</b>	<b>116.612</b>	<b>114.382</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) As Demonstrações contábeis intermediárias referentes ao Período findo de 31 de dezembro de 2015 da Apolo Tubular's, foram examinadas por outros auditores independentes.

a) Mutações nos investimentos durante o período

	2015				
	Apolo Tubos e Equipamentos S/A	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	Total
Saldo em 31/12/2014	-	45.685	11.820	7	57.511
Equivalência patrimonial (Resultado)	(19.016)	(4.585)	(1.251)	1	(24.851)
Outros resultados abrangentes	-	(5)	-	-	(5)
Passivo a descoberto Apolo Tubos (*)	19.016	-	-	-	19.016
Saldo em 31/12/2015	-	41.095	10.569	8	51.671

(\*) O valor de R\$ 19.016 ref a 2015 do total de R\$ 19.278 representa o Passivo a descoberto da Apolo Tubos conforme Nota Explicativa nº 18 letra (a)

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2015

	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. & Copenor Cia. Petr. Nordeste
Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares)			
Ações ordinárias	38.394	1.705.891	48.884
Ações preferenciais	-	-	84.968
Capital social	27.974	55.261	67.425
Patrimônio líquido	(28.447)	47.652	50.777
Prejuízo do período	(33.831)	(5.054)	(4.394)
Percentual de participação (%)	56,21	90,72	28,44
Resultado de equivalência patrimonial do período	(19.016)	(4.585)	(1.250)

**b.1 Informações sobre investimentos em controlada - GPC Química S.A.**

A GPC Química S.A tem como objetivo principal a industrialização e comercialização de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (compensado, MDP, MDF e OSB) e a fabricação de formol.

**b.2 Informações sobre investimentos em controlada - Apolo Tubos e Equipamentos S.A.**

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Apolo Tubos é uma sociedade anônima de capital fechado e não possui título de qualquer natureza negociado no mercado, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A Companhia detém 50% de participação acionária na Apolo Tubulars S.A., sociedade anônima de capital fechado, localizada em Lorena, Estado de São Paulo, cujo objetivo é produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o segmento de petróleo e gás.

O principal cliente da Companhia é a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (concentrando aproximadamente 78% de suas operações em relação ao faturamento total), que são realizadas por meio de contrato.

**b.3 - Informações sobre investimentos em coligada – Metanor e Copenor**

Metanor S.A. - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.

Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na produção de metanol e seus derivados, especialmente, formaldeído e hexametilenotetramina.

**11. Imobilizado**

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Terrenos		-	-	<b>6.761</b>	6.761
Imóveis	2 a 8	<b>290</b>	290	<b>26.398</b>	26.399
Máquinas/instalações industriais	5 a 10	-	-	<b>174.939</b>	173.691
Móveis e utensílios	10	<b>189</b>	189	<b>2.988</b>	2.904
Veículos	20	-	-	<b>1.175</b>	850
Computadores e periféricos	20	<b>83</b>	83	<b>4.306</b>	4.233
Imobilizações em andamento	-	-	-	<b>21.130</b>	8.821
Outros	-	-	-	<b>777</b>	754
		<b>562</b>	562	<b>238.474</b>	224.413
Depreciação acumulada		<b>(342)</b>	(297)	<b>(74.452)</b>	(66.026)
		<b>220</b>	265	<b>164.022</b>	158.387

CONTROLADORA				
Custo do Imobilizado bruto	Edificações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Computação	Total
Saldo em 31/12/2013	290	189	83	562
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>290</b>	<b>189</b>	<b>83</b>	<b>562</b>
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>290</b>	<b>189</b>	<b>83</b>	<b>562</b>
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável	Edificações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Computação	Total
Saldo em 31/12/2013	(65)	(128)	(59)	(252)
Depreciação no Período	(29)	(9)	(7)	(45)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>(94)</b>	<b>(137)</b>	<b>(66)</b>	<b>(297)</b>
Depreciação no Período	(29)	(10)	(6)	(45)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(123)</b>	<b>(147)</b>	<b>(72)</b>	<b>(342)</b>
Valor Líquido				
<b>Em 31 de dezembro 2015</b>	<b>167</b>	<b>42</b>	<b>11</b>	<b>220</b>
Em 31 de dezembro 2014	196	52	17	265

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO									
Custo do Imobilizado bruto	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Computação	Outros	Terrenos	Obras em Andamento	Total
Saldo em 31/12/2013	37.142	171.746	2.881	950	4.054	782	6.761	8.679	232.995
Aquisições	409	877	23	-	179	17	-	1.332	2.837
Baixas	(11.227)	-	-	(100)	-	-	-	(92)	(11.419)
Transferências (a)	75	1.068	-	-	-	(45)	-	(1.098)	-
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>26.399</b>	<b>173.691</b>	<b>2.904</b>	<b>850</b>	<b>4.233</b>	<b>754</b>	<b>6.761</b>	<b>8.821</b>	<b>224.413</b>
Aquisições	16	1.313	84	325	73	48	-	12.443	14.302
Baixas	(17)	(69)	-	-	-	-	-	(155)	(241)
Transferências (a)	-	4	-	-	-	(25)	-	21	-
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>26.398</b>	<b>174.939</b>	<b>2.988</b>	<b>1.175</b>	<b>4.306</b>	<b>777</b>	<b>6.761</b>	<b>21.130</b>	<b>238.474</b>

  

Depreciação e perda por redução ao valor recuperável	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Computação	Outros	Terrenos	Obras em Andamento	Total
Saldo em 31/12/2013	(9.270)	(45.259)	(2.522)	(648)	(3.636)	(329)	-	-	(61.664)
Depreciação no Período	(1.059)	(6.853)	(46)	(61)	(213)	(16)	-	-	(8.248)
Juros s/obras em andamento	-	(324)	-	-	-	-	-	-	(324)
Baixas	4.210	-	-	-	-	-	-	-	4.210
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>(6.119)</b>	<b>(52.436)</b>	<b>(2.568)</b>	<b>(709)</b>	<b>(3.849)</b>	<b>(345)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(66.026)</b>
Depreciação no período	(1.063)	(6.747)	(51)	(92)	(146)	(8)	-	-	(8.106)
Juros s/obras em andamento	-	(324)	-	-	-	-	-	-	(324)
Baixas	4	-	-	-	-	-	-	-	4
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(7.178)</b>	<b>(59.507)</b>	<b>(2.619)</b>	<b>(801)</b>	<b>(3.995)</b>	<b>(353)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(74.452)</b>

  

<b>Valor Líquido</b>									
Em 31 de dezembro 2015	19.220	115.432	369	374	311	424	6.761	21.130	164.022
Em 31 de dezembro 2014	20.280	121.255	336	141	384	409	6.761	8.821	158.387

A GPC Química e a Apolo Tubos realizaram a análise dos indicativos de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em dezembro de 2013, os 3 (três) terrenos localizados na Avenida Brasil, 3.666, imediação, Bairro Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ, foram transferidos para bens destinados a venda conforme mencionado na nota 9.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ágio oriundo de reestruturação societária	-	-	<b>30.121</b>	30.121
Marcas e patentes	-	-	<b>259</b>	259
Licença de uso de tecnologia	-	-	<b>948</b>	948
Outros	<b>1</b>	1	<b>238</b>	238
Amortização acumulada	-	-	<b>(30.744)</b>	(30.738)
	<b>1</b>	1	<b>822</b>	828

A partir de 2009 o referido ágio oriundo da reestruturação societária da Apolo Tubos e GPC Química, feita em 2000, encontra-se totalmente amortizado.

## 13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores Nacionais	<b>420</b>	371	<b>55.708</b>	56.685
Fornecedores Estrangeiros	-	-	<b>4.859</b>	5.931
	<b>420</b>	371	<b>60.567</b>	62.616

Em 31 de dezembro de 2015 os principais fornecedores nacionais são: Araucária Nitrogenados S.A.(R\$8.302); Heringer S.A.(R\$4.905); Unifertil S.A.(R\$3.055); Haztec S.A. (R\$3.044), Rhodia Polia (R\$917), Adubos Trevo (R\$1.269); Methanex (R\$2.908) na GPC Química, Lansa (R\$9.478) na Apolo Tubos.



Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Em moeda nacional - são indexados pela TR + 3% a.a. em função da recuperação Judicial. (Concursais)	<b>37.386</b>	35.674	<b>172.543</b>	168.048
Em moeda nacional - são indexados pela CDI + Juros que variam entre 3% a 15% a.a. (Extraconcursais)	-	-	<b>19.348</b>	17.071
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial.	<b>35.143</b>	23.906	<b>41.502</b>	29.971
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial mais juros que variam de 7,30% a 13% a.a. (Extraconcursais)	-	-	<b>256</b>	5.816
	<b>72.529</b>	59.580	<b>233.649</b>	220.906
Circulante	<b>72.529</b>	58.580	<b>211.886</b>	169.793
Não Circulante	-	1.000	<b>21.763</b>	51.113

### Empréstimos em Moeda Nacional (Concursais e Extraconcursais)

Em função da aprovação do Plano de recuperação Judicial mencionado, os empréstimos em moeda nacional dos credores concursais passaram a ser corrigidos pela TR + 3% a.a. Os demais empréstimos em moeda nacional extraconcursais são corrigidos pela CDI + juros que variam entre 3,0% a 15,0% a.a.

O endividamento dos credores relacionados no Plano de Recuperação Judicial será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, pertencente à GPC Química, de acordo com os critérios definidos no plano.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado em moeda nacional por instituição financeira estava composto conforme a seguir:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Em moeda Nacional (Concursais)</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Inst. Geiprev de Seg. Social (CCB 104/10)	2.815	2.685
Postalís Inst. Seg. Social dos Correios (CCB's - 186/10 - 313/10 - 167/11)	34.571	32.989
Banco Bic Banco	2.216	3.020
Banco Cruzeiro do Sul	2.581	2.462
Blackwood Miruna Fundo de Investimentos	7.688	7.333
Banco Safra	1.316	1.433
Banco Santander	44.451	42.399
Banco Panamericano	3.813	4.948
Banco Banrisul	15.066	14.374
Caixa Economica Federal	13.385	12.767
Banco Daycoval	1.557	1.796
Banco Fibra	11.190	10.674
Banco Indusval	2.535	2.418
Banco BBM	3.680	4.777
Banco Interacap	623	594
Banco HSBC	21.588	20.591
Redasset Factoring	418	399
Outros	3.050	2.389
<b>Total</b>	<b>172.543</b>	<b>168.048</b>

<b>Em moeda Nacional (Extraconcursais)</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Banco Bic Banco	1.539	2.818
Banco Daycoval	685	949
Banco Panamericano	1.967	3.158
Banco BBM	1.605	2.618
BSPAR	665	973
Banco Safra	1.088	1.503
Redasset Factoring	2.100	1.342
Athena Banco	2.000	2.200
Grupo Sifra	1.640	1.000
Grupo Valor	500	511
Lecca	2.616	-
LS Interbank	143	-
Eduardo Plass	2.601	-
BTG Pactual	199	-
<b>Total</b>	<b>19.348</b>	<b>17.071</b>

### Empréstimos em Moeda Estrangeira

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Estrangeira (Concursais)</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Banco HSBC - Finimp	<b>6.359</b>	6.065
IFC	<b>35.143</b>	23.906
<b>Total</b>	<b>41.502</b>	29.971

  

<b>Estrangeira (Extraconcursais)</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Banco do Brasil (ACC)	<b>256</b>	3.638
Banco Cargil S/A	-	2.178
<b>Total</b>	<b>256</b>	5.816

#### **ACC**

Em 28 de fevereiro de 2012 a Apolo Tubos celebrou contratos de ACC no valor de US\$ 3.500 com o Banco do Brasil indexado pela variação cambial mais 13% ao ano originalmente com vencimentos em 26 de março de 2013. Este contrato foi renovado e a quitação se dará em janeiro/2016. O contrato de ACC com o Banco Cargill ano valor de US\$ 3.000 foi liquidado em julho de 2015.

#### **FINIMP**

Em agosto de 2012, a GPC Química obteve com o HSBC Bank Brasil S.A. linha de crédito na modalidade de financiamento de importações – FINIMP, no valor de R\$ 4.048. Esses recursos foram totalmente tomados e utilizados para quitação de financiamentos de importações, alongando o prazo destas operações em até 180 dias e reduzindo o custo financeiro.

Este empréstimo será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, de acordo com os critérios definidos no Plano de Recuperação Judicial.

#### **International Finance Corporation (“IFC”)**

A Companhia contratou em agosto de 2001 empréstimo com o IFC no valor de US\$ 9 milhões,

Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, as instalações industriais da unidade da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Este empréstimo será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, de acordo com os critérios definidos no Plano de Recuperação Judicial.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do financiamento com o IFC estava composto como segue:

**GPC Participações**

<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>23.906</b>
Variação cambial	11.237
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>35.143</b>

Algumas instituições financeiras relacionadas no Plano de Recuperação Judicial apresentaram saldos divergentes dos registrados contabilmente pela Companhia, devido a metodologia de cálculo aplicada por essas Instituições que diverge da metodologia de cálculo contida no plano de recuperação judicial. Com objetivo de melhor divulgação do critério de reconhecimento e mensuração desses instrumentos financeiros apresentamos abaixo um quadro demonstrando as duas metodologias de cálculo e suas divergências:

I – Cenário 1: Demonstração da metodologia aplicada pelas Instituições Financeiras considerando a atualização dos instrumentos financeiros conforme contratos extraconcursais renegociados e negociados após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial:

Descrição	Saldo Contábil em 31/12/2015	Saldo conforme contrato vigente atualizado até 31/12/2015 (*)	Divergência
BANCO BBM S/A	5.285	5.285	-
BANCO BICBANCO	3.755	3.755	-
BANCO PANAMERICANO	5.780	5.780	-
BTG PACTUAL	199	199	-
BANCO SAFRA	2.404	2.404	-
BANCO DAYCOVAL S/A	2.242	2.242	-
BSPAR	665	665	-
LECCA FINANCEIRA E INVESTIMENTO	2.616	2.616	-
BANCO DO BRASIL	256	256	-
SIFRA	1.640	1.640	-
A THENABANCO FOMENTO MERCAN	2.000	2.000	-
BANCO BANRISUL S/A	15.066	15.066	-
REDASSET FACTORING	2.518	2.518	-
BANCO CR2	234	234	-
EDUARDO PLASS	2.601	2.601	-
LS INTERBANK	143	143	-

(\*) Metodologia aplicada pelas Instituições Financeiras que se basearam na atualização da dívida conforme os contratos vigentes.

(\*\*) Metodologia aplicada pela administração a qual se baseia na atualização da dívida conforme contratos extraconcursal renegociados e negociados após a aprovação do plano de recuperação judicial.

II – Cenário 2: Demonstração da metodologia aplicada pelas Instituições Financeiras abaixo mencionadas considerando a atualização dos instrumentos financeiros conforme contratos vigentes atualizados, em sua maioria, até a data do pedido de Recuperação Judicial:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Saldo calculado conforme plano de Recuperação Judicial em 31/12/2015	Saldo atualizado até a data do pedido de Recuperação Judicial	Divergência (*)
BLACKWOOD	7.688	6.913	(775)
BANCO SANTANDER	44.451	40.138	(4.313)
BANCO INDUSVAL	2.535	2.305	(229)
BANCO INTERCAP	623	496	(127)
BANCO HSBC	21.588	19.632	(1.956)
GEIPREV	2.815	2.253	(562)
IFC (1)	35.143	27.420	(7.723)
BANCO HSBC S/A (FINIMP) (1)	6.359	5.831	(528)

(\*) As Instituições financeiras responderam o saldo da dívida congelado em decorrência da Recuperação Judicial. A Administração entende que o saldo deve ser atualizado aplicando a metodologia de cálculo contida no plano de recuperação judicial aprovado, conforme Lei 11.101/05.

(\*\*) A movimentação foi calculada conforme plano de Recuperação Judicial, cuja taxa é a TR + 3% a.a.

(1) A Administração entrou em contato com o HSBC e com o IFC para entender a metodologia utilizada, porém não houve retorno por parte das instituições financeiras.

III – Cenário 3: Demonstração da metodologia aplicada pelas Instituições Financeiras abaixo mencionadas, considerando a atualização dos instrumentos financeiros conforme contratos vigentes atualizados contemplando juros e multas, firmados antes do pedido de Recuperação Judicial.

Descrição	Saldo calculado conforme plano de Recuperação Judicial em 31/12/2015	Saldo conforme contrato firmado antes da Recuperação Judicial	Divergência (*)
BANCO CRUZEIRO DO SUL	2.581	4.232	1.651
BANCO FIBRA S/A	11.190	23.630	12.441
POSTALIS	34.570	37.349	2.779
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	13.385	31.598	18.213

(\*) As Instituições financeiras responderam o saldo considerando a atualização dos instrumentos financeiros conforme contratos vigentes atualizados contemplando juros, multas e taxas de permanência, firmados antes do período de recuperação judicial. A Administração entende que o saldo deve ser atualizado aplicando a metodologia de cálculo contida no plano de recuperação judicial, aprovado, conforme Lei 11.101/05.

(\*\*) A movimentação foi calculada conforme plano de Recuperação Judicial, cuja taxa é a TR + 3% a.a.

## 15. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. A perda estimada, referente aos processos trabalhistas, foi provisionada com base em opiniões de seus assessores jurídicos, para os casos em que as chances de êxito são consideradas remotas.

Estão registradas nesta conta, também, as compensações efetuadas com créditos de IPI alíquota zero e ICMS extemporâneo sobre exportações.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2014	Adições	31/12/2015	31/12/2014	Adições	Utilização	31/12/2015
Trabalhista e Previdenciário	-	-	-	2.573	46	(10)	2.609
IPI	-	-	-	849	160	(8)	1.001
Pis	781	-	781	7.808	781	-	8.589
Cofins	3.599	-	3.599	35.981	3.603	-	39.584
Outros	55	-	55	3.523	2.935	-	6.458
	4.435	-	4.435	50.734	7.525	(18)	58.241

### Depósitos judiciais

Apresentação de depósitos judiciais: Uma entidade não deve apresentar ativos, passivos, receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das Demonstrações contábeis de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto, os depósitos judiciais foram reclassificados para o grupo de ativo não circulante.

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2014	Adições	31/12/2015	31/12/2014	Adições	Reversões	31/12/2015
Trabalhistas e Previdenciários	74	31	105	1.416	282	-	1.698
Pis	782	-	782	7.891	783	-	8.674
Cofins	3.601	-	3.601	36.345	3.602	-	39.947
Outros	-	-	-	4.927	199	(468)	4.658
	4.457	31	4.488	50.579	4.866	(468)	54.977

### Natureza dos casos

#### Trabalhistas e Previdenciários

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

extras e outras. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações é individualmente relevante.

Processos tributários

Os processos tributários são relativos principalmente a questionamentos de ICMS e tributos federais. Em 31 de dezembro de 2015 existiam, ainda, R\$12.819 (consolidado) de casos considerados possíveis de perdas, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

As principais provisões para contingências fiscais referem-se basicamente à compensação no período de 2003, com base em liminar, de tributos federais (IPI, PIS e COFINS) com a utilização de créditos de IPI nas aquisições de matérias-primas tributados à alíquota zero, acrescido de juros SELIC.

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada Prosint Química (antecessora da Controlada GPC Química) nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 31 de dezembro de 2015 da obrigação legal de R\$ 4.383, como provisão para esta contingência.

As controladas GPC Química e Apolo Tubos questionam através de processo judicial, desde o exercício de 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do Pis e da Cofins, cujos valores mensais são depositados judicialmente e provisionados com montante de R\$ 44.237 até 31 de dezembro de 2015.

**15.1 – Passivos contingentes – Perda possível**

<u>Natureza</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Perda Possível</u>
Trabalhista	8.935
Cível	18.786
Tributária	53.465
	<b>81.186</b>

Trabalhista e Previdenciários: As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferença de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamationárias trabalhistas é individualmente relevantes.

Tributária: As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a auto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS,

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS.

Cível: As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas referem-se a ação de procedimento ordinário objetivando a execução de multa por descumprimento contratual.

## 16. Impostos e taxas a recolher

### Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Impostos parcelados				
INSS	221	128	221	128
Total de Parcelamentos Ordinários Federais	221	128	221	128
ICMS - Parcelamento Ordinário Estadual (a)	-	-	38.763	37.722
REFIS (c)	-	-	28.042	28.035
REFIS IV ( b )	1.168	1.069	75.021	70.296
REFIS da COPA ( d )	871	795	71.778	64.315
Outros	-	-	395	450
	2.259	1.992	214.219	200.946
Circulante ( e )	292	243	33.138	26.124
Não Circulante	1.967	1.749	181.082	174.822

(a) Os débitos de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro das controladas GPC Química e Apolo Tubos, foram objetos de parcelamento previsto no Decreto Estadual /RJ 44.78 cujo saldo em dez/14 montam R\$28.584 e 3.155, respectivamente. O programa do Estado inclui dívidas de ICMS inscritas até 31/12/2013 e os pagamentos podem ser feitos até 120 parcelas. O parcelamento referente a unidade de Araucária/PR (GPC Química) no valor de R\$ 6.220 e cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 4.990, foi renegociado conforme previsto na Lei 18.157/2014, sendo o débito parcelado em 84 parcelas.

(b) Conforme mencionado na Nota 8 a Receita Federal homologou a compensação de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS com parte do crédito cedido pela empresa MC Kinley.



Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	GPC Participações	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
Débito incluídos conf. Lei 11.941/09 (reabertura)	-	59.514	3.752	63.266
Previsão de utilização de prejuízo fiscal	-	-	2.212	2.212
(-) Pagamento das parcelas Dez/2013	-	-	(21)	(21)
Saldo em 31/12/2013	-	59.514	5.943	65.457
Débito incluídos conf. Lei 11.941/09 (reabertura)	1.039	-	-	1.039
(+) Atualização selic ano 2014	47	6.146	378	6.571
(-) Pagamento das parcelas ano 2014	(35)	(4.520)	(262)	(4.817)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	18	2.027	-	2.045
Saldo em 31/12/2014	1.069	63.168	6.059	70.296
(+) Atualização selic ano 2015	123	7.471	415	8.008
(-) Pagamento das parcelas ano 2015	(47)	(4.380)	(290)	(4.717)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	23	1.410	-	1.433
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>1.168</b>	<b>67.669</b>	<b>6.184</b>	<b>75.020</b>

- (c) As consolidações dos parcelamentos das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. foram homologados respectivamente em maio e junho de 2011 pela Secretaria da Receita Federal com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas Refis, Paes e Paex anteriores e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2015:

	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
Débito consolidado conf. Lei 11.941/09	38.673	32.158	70.831
Juros até a consolidação em Jun/11	2.105	3.274	5.379
(-) Utilização de Prejuízo Fiscal ( 25% de R\$ 65.968 )	(16.492)	(12.302)	(28.794)
(-) Utilização de Base Negativa ( 9% de R\$ 13.810 )	(1.243)	-	(1.243)
(+) Atualização selic de Jul/11 a Dez/11	659	1.025	1.684
(-) Antecipações pagas	(7.957)	(72)	(8.029)
(-) Pagamento das parcelas de Jun/11 a Dez/11	(3.324)	(1.166)	(4.490)
Saldo em 31/12/2011	12.421	22.917	35.338
(+) Atualização selic ano 2012	730	1.552	2.282
(-) Pagamento das parcelas ano 2012	(4.755)	(1.871)	(6.626)
Saldo em 31/12/2012	8.396	22.598	30.994
(+) Atualização selic de Jan/13 a Dez/13	359	1.275	1.634
(-) Pagamento das parcelas de Jan/13 a Dez/13	(2.663)	(1.981)	(4.644)
Saldo em 31/12/2013	6.092	21.892	27.984
(+) Atualização selic de Jan/14 a Dez/14	616	1.551	2.167
(-) Pagamento das parcelas de Jan/14 a Dez/14	-	(2.116)	(2.116)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>6.708</b>	<b>21.327</b>	<b>28.035</b>
(+) Atualização selic de Jan/15 a Dez/15	602	1.719	2.321
(-) Pagamento das parcelas de Jan/15 a Dez/15	-	(2.314)	(2.314)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>7.310</b>	<b>20.732</b>	<b>28.042</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Em agosto de 2014 a Companhia e suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos aderiram ao parcelamento previsto pela Lei 12.996/14, incluindo suas dívidas com tributos federais vencidos até 31/12/2013 e cujo parcelamento, será pago em 180 parcelas.

Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2015:

	GPC Participações	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
Débito incluídos conf. Lei 12.996/14 (Refis da Copa)	783	57.124	4.400	62.307
Previsão de utilização de prejuízo fiscal	-	-	858	858
(+) Atualização selic ano 2014	29	2.038	193	2.260
(-) Pagamento das parcelas ano 2014	(22)	(1.241)	(156)	(1.419)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	5	304	-	309
Saldo em 31/12/2014	795	58.225	5.295	64.315
(+) Atualização selic ano 2015	102	7.267	889	8.258
(-) Pagamento das parcelas ano 2015	(43)	(4.205)	(385)	(4.633)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	17	22	-	39
(+) Ajuste Parcelamento			3.799	3.799
Saldo em 31/12/2015	871	61.309	9.598	71.778

### Impostos correntes e não parcelados

Abaixo posição dos impostos correntes e não parcelados da controladora e suas controladas, com posição em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
COFINS	8	-	11.544	4.480
INSS	6	3	17.746	9.114
IPi	-	-	41.726	16.709
PIS	1	-	2.913	973
IRPJ/CSLL	-	-	511	-
ICMS	-	-	1.089	468
IRRF	218	198	872	686
OUTROS	83	139	-	805
	316	340	76.401	33.235

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

### 17.1. Créditos tributários diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais a compensar	<b>267.488</b>	233.693
Outras Provisões	<b>19.786</b>	-
Parcela não constituída	<b>(118.137)</b>	(64.556)
Base de cálculo	<b>169.137</b>	169.137
Alíquota	<b>25%</b>	25%
Crédito tributário - imposto de renda (1)	<b>42.284</b>	42.285
Base negativa de contribuição social	<b>319.736</b>	285.941
Outras Provisões	<b>19.786</b>	-
Parcela não constituída	<b>(118.137)</b>	(64.556)
Base de cálculo	<b>221.385</b>	221.385
Alíquota	<b>9%</b>	9%
Crédito tributário - contribuição social (2)	<b>19.924</b>	19.924
Total dos créditos tributários (1) + (2)	<b>62.208</b>	62.209

Os valores representam créditos tributários diferidos oriundos de resultados fiscais negativos acumulados (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social) e diferenças temporárias. As controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Tendo em vista o pedido de Recuperação Judicial da Companhia, ocorrido em 9 de abril de 2013 e o seu deferimento, ocorrido em 27 de maio de 2013, o aproveitamento dos créditos tributários diferidos será reavaliado sob as premissas a serem adotadas pelo Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar são formados como demonstrado abaixo:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado		
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social
Até 2010	40.052	92.301
2011	24.117	24.117
2012	56.997	56.997
2013	87.399	87.398
2014	25.853	25.853
2015	33.070	33.070
	<b>267.488</b>	<b>319.736</b>

Segue abaixo expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos a partir do ano de 2015.

Realização do Prej. Fiscal e Base Negativa	
2016	1.011
2017	2.557
2018	3.665
2019	3.689
2020	3.573
Após 2020	17.927
	<b>62.208</b>

A Companhia recentemente aderiu ao Refis e utilizará parte destes créditos para amortizar a dívida existente junto à Receita Federal.

**17.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contribuição social:				
Corrente	-	-	-	-
Diferida	48	259	243	259
	<b>48</b>	<b>259</b>	<b>243</b>	<b>259</b>
Imposto de renda:				
Corrente	-	-	-	-
Diferido	132	720	675	719
	<b>132</b>	<b>720</b>	<b>675</b>	<b>719</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, no exercício :

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	(41.009)	(21.164)	(57.032)	(26.994)
Alíquotas oficiais	34%	34%	34%	34%
Encargos sobre:				
Alíquotas oficiais	13.943	7.196	19.391	9.178
Equivalência patrimonial	(8.450)	(5.170)	758	(2.433)
Constituição/Reversão de provisões	-	-	(1.581)	(1.597)
Ganho (perda) Variação Cambial	(3.821)	(959)	(3.063)	(1.081)
Outros ajustes	-	(6)	(2.952)	(967)
Baixa Imp renda retido na fonte não aproveitado	(164)	-	(164)	-
Outras exclusões	8	-	(1.263)	-
Constituição (reversão) sobre créditos tributários	(1.336)	(82)	(10.208)	(2.122)
Resultado no período	180	979	918	978

### 17.3. Impostos diferidos passivos

O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro trata, entre outros aspectos, da contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros da recuperação do valor contábil dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial da entidade. Assim, uma vez efetuada a revisão da vida útil de ativos, ou atribuído novo valor de custo a itens do imobilizado, é necessária a mensuração e a contabilização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos ou passivos para refletir os referidos efeitos fiscais que a entidade espera, na data de emissão das informações, recuperar ou liquidar em relação às diferenças temporárias desses ativos. Ou seja, qualquer diferença entre a base fiscal e o montante escriturado do ativo (diferença temporária) deve dar origem a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou passivos.

Os impostos diferidos passivos estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u></b>				
Contribuição social				
Atualização dos ativos	-	-	27.912	27.755
Variação cambial pelo regime de caixa	-	48	(10)	(46)
	-	48	27.902	27.709
Imposto de renda				
Atualização dos ativos	-	-	77.533	77.097
Variação cambial pelo regime de caixa	-	132	(11)	(113)
	-	132	77.522	76.984
<b>Total</b>	-	180	<b>105.424</b>	<b>104.693</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 17.4. Impostos diferidos líquidos

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

Na Controladora:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u></b>		
Contribuição social	-	48
Imposto de renda	-	132
<b>Total (1)</b>	-	180
<b><u>2 - Impostos diferidos ativos</u></b>		
Contribuição social	-	-
Imposto de renda	-	-
<b>Total (2)</b>	-	-
<b>Impostos diferidos líquidos (1) + (2)</b>	-	180
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	-	180

No Consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u></b>		
Contribuição social	27.902	27.709
Imposto de renda	77.521	76.984
<b>Total (1)</b>	105.423	104.693
<b><u>2 - Impostos diferidos ativos</u></b>		
Contribuição social	(19.924)	(19.487)
Imposto de renda	(42.284)	(41.069)
<b>Total (2)</b>	(62.208)	(60.556)
<b>Impostos diferidos líquidos (1) + (2)</b>	43.215	44.137
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	43.215	44.137

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações.

As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

Na controladora:

	Controladora							
	Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Apolo Tubos e Equipos. S/A (a)	17.633	35.195	32	32	-	-	1.710	1.320
GPC Química S/A (b)	-	-	-	-	20.407	15.873	(4.534)	(2.005)
<b>Total</b>	<b>17.633</b>	<b>35.195</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>20.407</b>	<b>15.873</b>	<b>(2.824)</b>	<b>(685)</b>

a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contratos de mútuo com a controlada Apolo Tubos. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 31.000 com vencimento contra apresentação que corrigidos até 31 de dezembro de 2015 somam a importância de R\$ 36.910. Este valor está no âmbito da Recuperação Judicial). O valor de R\$ 19.277 referente ao passivo a descoberto da controlada está deduzido do saldo.

b) Refere-se ao saldo de mútuo atualizado pela variação do CDI acrescido de juros de 3% ao ano.

No Consolidado:

	Consolidado							
	Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contratos de mútuo (a)	11.390	11.390	-	-	-	-	-	-
GPC Indústria e Comércio Ltda (e)	1.838	1.736	-	-	-	-	102	160
Copenor Cia Petroquímica (c)	-	-	6.095	6.095	-	-	-	-
Senergen-Energia Renovável S/A (b)	21.582	21.582	-	-	-	-	-	-
Apolo Tubular's S/A (d)	-	-	-	-	9.459	9.092	(295)	(173)
Outras	-	-	-	-	424	425	1	(18)
	<b>34.810</b>	<b>34.708</b>	<b>6.095</b>	<b>6.095</b>	<b>9.883</b>	<b>9.517</b>	<b>(192)</b>	<b>(31)</b>
(-) Provisão para perdas (a)	(11.390)	(11.390)	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas (b)	(21.582)	(21.582)	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.838</b>	<b>1.736</b>	<b>6.095</b>	<b>6.095</b>	<b>9.883</b>	<b>9.517</b>	<b>(192)</b>	<b>(31)</b>

(a) Refere-se à operação de mútuo entre a GPC Química S.A. e a Promega, o qual foi corrigido até 31 de dezembro de 2010 por taxa de juros prefixada de 12% ao ano, cuja operação é garantida por notas promissórias de emissão da devedora e caução de ativos reais. A Companhia constituiu provisão para perda em 100% do referido ativo, considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.

(b) Os valores referem-se mútuo a receber pela GPC Química(R\$ 3.342); e a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado pela GPC Química S/A na Senergen – Energia Renovável

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

S.A no montante de R\$ 18.240. Foi reconhecido provisão para perdas na totalidade do valor , considerando a não expectativa de realização do mesmo.

- (c) Valor relativo à compra de metanol e compõe o saldo de fornecedores relacionados no plano de Recuperação Judicial.
- (d) O valor de R\$ 7.402 em dezembro de 2015 (R\$ 7.107 em dezembro/2014) refere-se a contratos de mútuo celebrados em 2010 e 2011 com a Apolo Tubos. Os valores foram incluídos na Recuperação Judicial e estão sendo atualizados por TR + 3% aa.  
O valor de R\$ 2.057 em dezembro de 2015 e R\$ 1.985 em dezembro de 2014, referem-se ao saldo de materiais enviados pela Apolo Tubular's a Apolo Tubos.
- (e) O valor de R\$ 1.838 refere-se ao saldo em 31 de dezembro de 2015 do contrato de mútuo celebrado com a GPC Química no montante de R\$ 118 e com a Apolo Tubos na ordem de R\$ 1.720 e são corrigidos pela variação do CDI mais 6% aa contra R\$ 1.736 , respectivamente R\$ 111 e R\$ 1.625, em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia prestou avais em favor da GPC Química cujo valor em dezembro de 2015 totalizava R\$ 110.332, sendo que deste valor R\$ 100.814 estão relacionados no Plano de Recuperação Judicial. Prestou, também, avais em favor da Apolo Tubos no valor de R\$ 38.356, dos quais R\$ 18.947 estão considerados na Recuperação Judicial.

#### 18.1 Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos diretores ,conselho de administração e Conselho fiscal no exercício de de 2015, que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 248 contra R\$ 65 no exercício de 2014.

<b>Honorários</b>	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Diretoria	<b>180</b>	-
Conselho Fiscal	<b>68</b>	65
	<b>248</b>	65

Há benefício concedido de uso de veículos aos diretores.

No ano de 2015 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.



Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **19. Patrimônio líquido**

### **19.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado é de R\$210.200 (R\$ 210.200 em 31 de dezembro de 2014) e está representado por 358.849.702 ações ordinárias, sem valor nominal.

### **19.2. Dividendos**

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não distribuiu dividendos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### **19.3. Outros resultados abrangentes**

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial, os valores dos ajustes acumulados de conversão na adoção dos novos pronunciamentos contábeis, correspondentes basicamente ao ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

### **19.4. Resultado por ação no exercício**

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 no período e acumulado.

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação :

<b>Apuração do resultado básico por ação</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Numerador		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	<b>(40.829)</b>	(20.185)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<b>358.849.702</b>	358.849.702
Resultado básico por ação	<b>(0,1138)</b>	(0,0562)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não há diferença entre o cálculo do prejuízo por ação básica e diluída em função de instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

## 20. Receita líquida no exercício

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<u>Segmento de Resinas</u>		
Receita de vendas de particulados	<b>304.609</b>	242.267
Receita de vendas de compensados	<b>56.096</b>	49.924
Receita de vendas de tratamento de pisos	-	810
	<b>360.705</b>	293.001
<u>Segmento de tubos de aço</u>		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	<b>140.493</b>	169.815
 Outras receita de vendas de diversos produtos	<b>19.773</b>	13.202
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>520.971</b>	476.018
 Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	<b>(10.400)</b>	(8.705)
ICMS sobre vendas	<b>(48.166)</b>	(41.438)
PIS e COFINS sobre vendas	<b>(42.368)</b>	(38.205)
IPI sobre vendas	<b>(22.367)</b>	(20.182)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>397.670</b>	367.488

## 21. Despesas por natureza no exercício

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>CPV</b>	-	-	<b>(329.138)</b>	<b>(316.303)</b>
Custos Variáveis	-	-	<b>(277.537)</b>	<b>(267.506)</b>
Custos Fixos	-	-	<b>(44.049)</b>	<b>(41.293)</b>
Depreciação e Amortização	-	-	<b>(7.552)</b>	<b>(7.504)</b>
<b>Despesas com vendas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(25.241)</b>	<b>(28.255)</b>
Pessoal	-	-	<b>(5.321)</b>	<b>(5.335)</b>
Fretes	-	-	<b>(12.943)</b>	<b>(15.541)</b>
Comissões	-	-	<b>(3.049)</b>	<b>(3.825)</b>
Outras	-	-	<b>(3.928)</b>	<b>(3.555)</b>
<b>Despesas Gerais e Adm</b>	<b>(1.666)</b>	<b>(911)</b>	<b>(30.954)</b>	<b>(34.422)</b>
Pessoal	<b>(345)</b>	<b>(153)</b>	<b>(20.758)</b>	<b>(11.499)</b>
Depreciação e amortização	<b>(45)</b>	<b>(45)</b>	<b>(664)</b>	<b>(619)</b>
Outras	<b>(1.276)</b>	<b>(713)</b>	<b>(9.532)</b>	<b>(22.304)</b>
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>(14.033)</b>	<b>(5.516)</b>	<b>(63.010)</b>	<b>(38.570)</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>	<b>(459)</b>	<b>469</b>	<b>(8.589)</b>	<b>11.719</b>
<b>Total</b>	<b>(16.158)</b>	<b>(5.958)</b>	<b>(456.932)</b>	<b>(405.831)</b>

  

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos produtos vendidos	-	-	<b>(329.138)</b>	<b>(316.303)</b>
Despesas com vendas	-	-	<b>(25.241)</b>	<b>(28.255)</b>
Despesas gerais e administrativas	<b>(1.666)</b>	<b>(911)</b>	<b>(30.954)</b>	<b>(34.422)</b>
Resultado financeiro líquido	<b>(14.033)</b>	<b>(5.516)</b>	<b>(63.010)</b>	<b>(38.570)</b>
Outras receitas e despesas operacionais	<b>(459)</b>	<b>469</b>	<b>(8.589)</b>	<b>11.719</b>
	<b>(16.158)</b>	<b>(5.958)</b>	<b>(456.932)</b>	<b>(405.831)</b>

## 22. Resultado financeiro no exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros	<b>(4.445)</b>	(4.190)	<b>(32.030)</b>	(41.955)
Variações monetárias passivas	<b>(300)</b>	-	<b>(28.967)</b>	(3.031)
Variações cambiais passivas	<b>(14.947)</b>	(5.175)	<b>(20.749)</b>	(10.201)
Outros	<b>(146)</b>	(130)	<b>(3.267)</b>	(2.052)
	<b>(19.838)</b>	<b>(9.495)</b>	<b>(85.013)</b>	<b>(57.239)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros	<b>1.710</b>	1.320	<b>5.932</b>	4.893
Variações monetárias ativas	<b>383</b>	306	<b>6.266</b>	5.185
Variações cambiais ativas	<b>3.710</b>	2.353	<b>8.369</b>	5.742
Outros	<b>2</b>	-	<b>1.436</b>	2.849
	<b>5.805</b>	<b>3.979</b>	<b>22.003</b>	<b>18.669</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(14.033)</b>	<b>(5.516)</b>	<b>(63.010)</b>	<b>(38.570)</b>

## 23. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Credito presumido de ICMS ( c )	<b>8.680</b>	8.867
Ganho/Perda na alienação do imobilizado	<b>(4)</b>	(6)
Pis e Cofins s/receitas financeiras e outras	<b>(1.290)</b>	-
Penalidades CCEE (multa)	<b>(414)</b>	(684)
Execução sentença c/fazenda - RS	-	(842)
Ganho/Perda Refis	<b>(3.964)</b>	5.698
Baixa IPTU 2004	-	2.452
Despesa com ociosidade ( a )	<b>(1.336)</b>	(2.268)
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(290)</b>	(457)
Provisão para contingências	<b>(3.565)</b>	(1.585)
Multa sobre impostos ( b )	<b>(6.505)</b>	(3.463)
Perda Invest Finor	-	(403)
Ganho líquido venda terreno/construções - GRV (d)	-	8.072
Créditos Guaxupe e MC Kinley	-	(1.901)
Baixa IRRF	<b>(483)</b>	(106)
Outras Líquidas	<b>583</b>	(1.655)
	<b>(8.589)</b>	11.719

- (a) Corresponde basicamente de despesas com a planta de metanol da Controlada GPC Química S/A que se encontra desativada;(Nota 10)
- (b) Trata-se de multa sobre débitos de impostos em atraso das Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A.:(nota 16)
- (c) A Controlada GPC Química vem se utilizando de créditos presumidos do ICMS aplicados sobre operações de importação, previstos no Regulamento do ICMS daquele Estado (Decreto nº 6.080/12, artigo 615).
- (d) Refere-se ao ganho líquido com a alienação do terreno e das construções de Gravataí, conforme mencionado na nota 9.

## 24. Benefícios a empregados - pós-emprego

A controlada GPC Química S.A. é associada ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação civil, cujo objetivo é operar planos de benefício de natureza previdenciária e atualmente a controlada só está recolhendo à taxa administrativa, cujo valor no exercício de 2014 foi de R\$ 48, valor este semelhante ao do mesmo exercício de 2013. Não há passivos futuros a apropriar.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. LAJIDA/EBITDA no exercício

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo do período antes das participações minoritárias	(56.113)	(26.016)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(918)	(978)
(+) Despesas financeiras	85.013	57.239
(-) Receitas financeiras	(22.003)	(18.669)
(+) Depreciações e amortizações	8.215	8.134
<b>LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12</b>	<b>14.194</b>	<b>19.710</b>
(-) Equivalência patrimonial	(2.231)	(11.349)
<b>Outras Receitas/Despesas não recorrentes</b>		
(+) Reversão Créditos MC Kinley	-	1.900
(-) Ganho Refis	-	(7.704)
(-) Ganho IPTU	-	(2.225)
(+) Multa sobre impostos	10.469	4.139
(+) Refis Estadual	-	2.118
(-) Ganho com a venda do Terreno - GRV	-	(8.065)
(+) Provisão para contingências	3.564	-
(-) Baixa de títulos anos anteriores	(137)	-
<b>LAJIDA (EBITDA) ajustado</b>	<b>25.859</b>	<b>(1.476)</b>
<b>LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas</b>	<b>6,50%</b>	<b>(0,40%)</b>

## 26. Informações por segmento no exercício

As informações relativas aos segmentos de atuação das investidas estão descritas nas Notas 1 e 10.

As informações dos segmentos da Companhia no exercício estão incluídas na tabela a seguir:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2015					31/12/2014				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado
Receita Líquida	294.424	103.246	-	-	397.670	239.697	127.791	-	-	367.488
Lucro Bruto	54.393	14.139	-	-	68.532	29.594	21.591	-	-	51.185
Depreciação e Amortização	(6.717)	(1.452)	(45)	-	(8.215)	(6.428)	(1.661)	(45)	-	(8.134)
Lucro (Prejuízo) operacional	(5.720)	(33.904)	(41.009)	23.601	(57.032)	(11.372)	(10.975)	(21.164)	16.518	(26.994)
Resultado Financeiro	(29.591)	(19.385)	(14.033)	-	(63.009)	(21.820)	(11.234)	(11.227)	-	(44.282)
Prejuízo antes dos impostos	(5.720)	(33.904)	(41.009)	23.601	(57.032)	(11.372)	(10.975)	(21.164)	16.518	(26.994)
IR e CS	666	73	180	-	919	(91)	90	979	-	977
Participações	-	-	-	15.284	15.284	-	-	-	5.831	5.831
Lucro (Prejuízo) Líquido	(5.054)	(33.831)	(40.829)	38.886	(40.829)	(11.463)	(10.885)	(20.185)	22.348	(20.185)
Ativo Circulante	262.022	42.956	3.987	(225)	308.740	255.625	30.231	3.810	(225)	289.441
Ativo não Circulante	353.313	144.953	74.044	(170.368)	401.942	314.920	155.347	97.459	(168.024)	399.702
Passivo Circulante	248.485	84.348	73.691	(225)	406.299	184.329	70.993	59.667	(225)	314.764
Passivo não Circulante	366.850	103.560	4.341	(170.368)	304.383	386.216	114.585	41.602	(168.024)	374.379

## 27. Cobertura de seguros (Não auditado)

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas de seguro e os respectivos prêmios são:

Risco coberto	Prêmio Cobertura		Prêmio Cobertura	
	31/12/2015		31/12/2014	
Lucros cessantes	Danos a estoque e imob. (parada de prod.)	110 101.406	131 96.149	
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e almoxarifados	Danos a estoque e imob.	616 132.000	690 132.000	
Veículos	Furtos, colisões e resp. civil condutor	34 903	6 240	
Responsabilidade civil (produtos e estab. ind.)	Op. e comércio de prod. de estab. ind.	34 3.000	23 2.000	
Acidentes pessoais (produtos e estab. ind.)	Danos pessoais a terceiros	4 500	13 1.000	
		<b>798 237.809</b>	<b>863 231.389</b>	

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **28. Outras Informações**

### **28.1 – Suspensão da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária em 30 de abril de 2014**

A Companhia emitiu fato relevante em 29 de abril de 2014 em decorrência do despacho proferido em 29 de abril de 2014 pela Desembargadora Relatora do Agravo de Instrumento nº 0020138-95.2014.8.19.0000, em curso perante a 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo como Agravante GBI Capital e Gestão de Recursos Ltda, e como Agravada a Companhia, foi suspensa a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia designada para o dia 30 de abril de 2014.

Em razão do disposto acima, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia não foi realizada no dia 30 de abril de 2014, que dentre outros assuntos trataria da aprovação das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Informa também que, nos termos da decisão proferida em 17 de abril de 2015 pelo MM. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia encontra-se impossibilitada de convocar e realizar a Assembléia Geral Ordinária, que dentre outros assuntos trataria da aprovação da das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em razão da homologação da desistência do processo que impedia a realização da AGO/E, a Companhia publicou edital para a realização em 27 de novembro de 2015 das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária onde foi aprovada as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013.

### **28.2 – Grupamento de ações**

A Companhia informa ao mercado e aos seus acionistas que, em reunião realizada em 05 de novembro de 2015, o seu Conselho de Administração deliberou sugerir a adoção do procedimento de grupamento das ações de emissão da Companhia como forma de enquadrar o valor unitário da cotação de tais ações, nos termos do item 5.2.f do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão a Negociação de Valores Mobiliários. De acordo com as deliberações adotadas a Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará para apreciar o grupamento em tela, será convocada pela Administração da Companhia até o final do primeiro bimestre de 2016.



Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Composição do Conselho de Administração**

Presidente : Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares

Vice-Presidente : Luiz Fernando Cirne Lima

Membro do Conselho : Emilio Salgado Filho

Membro do Conselho : Carlos Eduardo Bulhões Pedreira

Membro do Conselho : João Paulo Jabour Brunet

### **Composição da Diretoria**

Presidente : Alcides Morales Filho

Diretor Vice-Presidente Corporativo e de Relação com Investidores : Emilio Salgado Filho

### **Gerente de Controladoria e Finanças**

George Abi-Rihan Cordeiro  
Contador - CRC-BA 013312/0-3 T-RJ - CPF nº 665.172.817-20